

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS EDUARDO ORNELAS BERRIEL

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ORGANIZAÇÃO

Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 6

PARTIDOS E MOVIMENTOS APÓS OS ANOS 1960

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 *História do marxismo no Brasil* / organização: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Ridenti, Marcelo. II. Reis, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN 978-85-268-0749-5

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

3ª reimpressão, 2021

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis</i>	7
--	---

PARTE I

PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES

1 – A VALORIZAÇÃO DA POLÍTICA NA TRAJETÓRIA PECEBISTA: DOS ANOS 1950 A 1991 <i>José Antonio Segatto e Raimundo Santos</i>	13
2 – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DEFINIÇÕES IDEOLÓGICAS E TRAJETÓRIA POLÍTICA <i>Jean Rodrigues Sales</i>	63
3 – ESQUERDAS ARMADAS URBANAS: 1964-1974 <i>Marcelo Ridenti</i>	105
4 – OS TROTSKISMOS NO BRASIL: 1966-2000 <i>Dainis Karepovs e Murilo Leal</i>	153
5 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CONQUISTA DO ESTADO: 1980-2005 <i>Paulo Henrique Martinez</i>	239

PARTE II

MOVIMENTOS

6 – DEBATE NO EXÍLIO: EM BUSCA DA RENOVAÇÃO <i>Denise Rollemberg</i>	291
---	-----

7	— O ENCONTRO MARXISMO—FEMINISMO NO BRASIL <i>Maria Lygia Quartim de Moraes</i>	341
8	— O PCB, OS TRABALHADORES E O SINDICALISMO NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL <i>Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes</i>	375
9	— CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO E MARXISMO: DE 1960 A NOSSOS DIAS <i>Michael Löwy</i>	411
10	— MARXISMO, SOCIEDADE E PARTIDOS POLÍTICOS HOJE <i>Daniel Aarão Reis</i>	439

APRESENTAÇÃO

Já vai longe o ano de 1988, quando, em 9 e 10 de junho, em Teresópolis, sob os auspícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), se reuniu um seminário especial do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, então em funcionamento no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), para debater a idéia de uma história das esquerdas no Brasil, segundo sugestão original do professor Osvaldo Coggiola.

No referido seminário, conforme se diria na Apresentação do volume 1 desta coleção, publicado em 1991 pela editora Paz e Terra (organização dos professores Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes), “A idéia mudou de forma [...] ganhou um corpo definido, temas precisos, sugestões de autores e uma comissão editorial: surgia, basicamente formulada, a História do Marxismo no Brasil”.

As grandes linhas do projeto, concebidas coletivamente, a partir de uma proposta do professor Carlos Nelson Coutinho, estruturaram-se em torno de três eixos: 1) o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2) a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3) a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes.

Entretanto, as circunstâncias não pareciam propícias ao projeto. Sob o influxo da derrocada das experiências do *socialismo realmente existente* e das repercussões negativas que o processo teve para o estudo e a divulgação do marxismo, a editora Paz e Terra perdeu o interesse em manter a coleção. Ao mesmo tempo, talvez pelo mesmo motivo, o grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda deixou de merecer o apoio institucional da ANPOCS, migrando, algum tempo depois, para outra estrutura institucional, a Associação Nacional de História (ANPUH), onde subsiste até hoje como simpósio temático.

Era como se a História do Marxismo no Brasil estivesse fadada a entrar no rol daquelas boas idéias que não se realizam. Salvaram-na desse destino a insistência e a perseverança *bolchevista* do professor João Quartim de Moraes, que persuadiu a Editora da UNICAMP a encampar e relançar o conjunto do projeto.

Assim, em 1995 e 1998, apareceram, respectivamente, o volume 2, que dá seqüência à primeira parte destinada aos chamados influxos teóricos, e o volume 3, que enfatiza as teorias e interpretações marxistas formuladas por autores brasileiros — ambos organizados pelo referido professor. O volume 4, ainda sobre as “Visões marxistas de Brasil”, foi editado em 2000, organizado pelos professores João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. Algum tempo depois, em 2003, conferindo unidade à coleção, houve a reedição, revista e aumentada, do volume 1, novamente sob organização de Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes.

Tratava-se, então, de completar o projeto, formulando, segundo o plano original, a história das organizações marxistas no Brasil, incumbência assumida pelos professores Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, que organizaram o volume 5 — editado em 2002, sempre pela Editora da UNICAMP —, o qual estuda os partidos e organizações dos anos 20 aos anos 60.

Agora, em 2006, chegamos, finalmente, a este volume 6, que toma por objeto o mesmo tema, porém dos anos 60 aos dias atuais. O presente volume está organizado em duas partes.

A primeira, referida a *partidos e organizações*, reúne capítulos sobre o Partido Comunista Brasileiro (“A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991”, de José Antonio Segatto e Raimundo Santos); o Partido Comunista do Brasil (“Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política”, de Jean Rodrigues Sales); as esquerdas armadas dos anos 60 e 70 (“Esquerdas armadas urbanas, 1964-1974”, de Marcelo Ridenti); as organizações e partidos trotskistas (“Os trotskismos no Brasil, 1966-2000”, de Dainis Karepovs e Murilo Leal) e o Partido dos Trabalhadores (“O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado, 1980-2005”, de Paulo Henrique Martinez).

A segunda parte, referida a *movimentos*, agrupa capítulos sobre as elaborações marxistas construídas no exílio dos anos 70 (“Debate no exílio: em busca da renovação”, de Denise Rollemberg); os movimentos feministas e o marxismo (“O encontro marxismo–feminismo no Brasil”, de Maria Lygia Quartim de Moraes); o Partido Comunista Brasileiro (PCB), marxismo e sindicalismo (“O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil”, de Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes); marxismo e teologia da libertação (“Cristianismo da libertação e marxismo, de 1960 a nossos dias”, de Michael Löwy). A parte se encerra com um balanço da presença atual das referências marxistas nos partidos políticos que pretendem representar os interesses dos trabalhadores brasileiros (“Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje”, de Daniel Aarão Reis).

Os autores dos capítulos deste volume em particular — e da coleção em geral — são responsáveis por suas respectivas abordagens. Elas são as mais diversificadas e, evidentemente, não têm a pretensão de ser consensuais, antes abrem possíveis debates com outros pesquisadores.

Assim concluímos o projeto formulado e planejado em 1988, conscientes de que não esgotamos o objeto sob nossa consideração — o campo continua em aberto, nada impedindo a publicação de novos volumes que venham enriquecer ainda mais a coleção agora à disposição dos leitores.

Marcelo Ridenti

Daniel Aarão Reis

Outubro de 2006

PARTE I

PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES

A VALORIZAÇÃO DA POLÍTICA
NA TRAJETÓRIA PECEBISTA
DOS ANOS 1950 A 1991

*José Antonio Segatto**
*Raimundo Santos***

Introdução

O propósito deste texto é apresentar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como exemplo, para as esquerdas brasileiras, de um agrupamento que, embora não tenha concluído todo o percurso, transitou da condição de partido revolucionário a partido com vocação para a política. Revisitar hoje a trajetória dos comunistas brasileiros traz à tona o tema do longo movimento — que chamamos de pecebismo — de valorização da política no PCB, até seu esgotamento como partido comunista no IX Congresso do PCB, de 1991. Aos olhos das últimas duas gerações da classe política brasileira, não escaparia esse traço exibido pela esquerda histórica nos momentos de sua maior gravitação na vida nacional contemporânea. Em consideráveis ambientes políticos, o pecebismo já foi reconhecido como sinal de lucidez e moderação na esquerda. Isso resultou do fato de o PCB representar uma tradição de frente única centrada na democracia política, orientação para a qual evoluíra, desde o suicídio de Getúlio Vargas — em 24 de agosto de 1954 —, a partir da intuição de alguns de seus quadros mais influentes, que, em um

* Professor do Departamento de Sociologia da FCL–UNESP, campus de Araraquara.

** Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

processo complicado, politizariam sua própria práxis de esquerda revolucionária.

Ao contrário do que afirmam os críticos que ignoram essa marca e já o chamaram de “marxismo pobre”, o marxismo pecebista tem muito valor. Visto como marxismo de ator político, nota-se — aqui entre nós — que ele se decuplicava: com todo o apriorismo conceitual denunciado por Caio Prado Jr., era um marxismo que também encerrava proposições, ainda que fragmentadas e contraditórias, as quais já não continham tão-somente os ingredientes do marxismo-leninismo por muitos anos reivindicado no Brasil por numerosas áreas das esquerdas, incluídos ambientes intelectuais. O PCB se envolveu, com muito proveito, com o marxismo político (de Lênin, de autores do Partido Comunista Italiano [PCI] já nos anos 50 e, bem tardiamente, de Gramsci), manteve contato com nosso ensaísmo clássico (tendo a interpretação de Brasil do próprio Caio Prado Jr. como parte dele) e também fez fronteira com a “sociologia da modernização” da década de 1950. Embora o PCB não reivindique o historiador como seu autor clássico, haja sido muito severo com o nacional-desenvolvimentismo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e não tenha compreendido seus intelectuais mais contemporâneos, tanto a interpelação direta de seu militante paulista e o contato com as teorizações cepalinas e isebianas quanto as relações desencontradas com seus publicistas de meados da década de 1970 produziram interações muito benéficas, ao contrário do que já se disse no interior do partido e fora dele.

Sempre constituiu uma atração a idéia de avaliar a “obsessão” do PCB por “fazer política”, expressão, como ficou conhecida especialmente no pós-64, que reflete as experiências dos comunistas com os outros atores — os mais diversificados da resistência democrática. Ao mesmo tempo que, sob uma chave de esquerda, o PCB traduziu tal interação como *gosto pela política*, esta também se difundiu, a partir do contexto do Movimento Democrático Brasi-

leiro (MDB), manifestada em valores e atitudes que se espalharam entre camadas da opinião pública muito além do mundo pecebista e das esquerdas.¹ Também agora, esse tema da “obsessão” pecebista pela política adquire novo interesse pelo fato, histórico, de que foi uma outra esquerda, o PT — bem diferente da que aqui será descrita —, que conquistou, afinal, o governo da República.

Em 2006, temos na presidência uma nova esquerda, que, em apenas 23 anos, se afirmou hegemônica como esquerda social, concluindo um ciclo vitorioso diverso daquele da esquerda histórica, não obstante o êxito na eleição de Lula lembrar a tradição de amplas alianças da esquerda antiga. Embora se tenha perfilado à margem da postura de frente democrática pluripartidária, em 2002, o PT angariou apoios ao centro e saiu-se vencedor da disputa presidencial. À frente do governo da República, vive um dramático processo de redefinição, tendo o desafio de operar em curso rápido a superação do opositorismo social de origem e assumir o mundo da política sem ambigüidades.

O PCB processou o abandono de sua mentalidade revolucionarista por um caminho de pedras. Sob impacto do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e, depois, dos debates sobre o stalinismo de 1956-1957, os comunistas passaram a ter posturas mais lúcidas, orientadas por uma espécie de “praticismo ilustrado” que se afirmará em longo prazo. Os estrategistas que operaram essa evolução desenvolveram um modo realista de apreender as coisas que, por certo, não provinha de uma dissertação sobre a singularidade brasileira, mas incorporava — pelas reticências e oposições que encontravam no partido, apenas parcialmente — elaborações oriundas de sua intelectualidade. Eles também recorreram a *constructos*, por assim dizer, mais dispersos que não interpelavam o PCB diretamente, mas circulavam como elementos que formariam referências para os comunistas movimentarem-se à frente. São exemplos as discursividades veiculadas pelas revistas por meio das quais o PCB e seus publicistas gravitavam no mundo intelectual de centro-es-

querda em momentos cruciais: a *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Jr., que poderia ter sido o melhor apoio ao PCB no que diz respeito ao tema das reformas de estrutura dos tempos cepalinos, no decênio pós-54; *Estudos Sociais*, revista menos ampla que aquela e que circulou no PCB após o encerramento da controvérsia de 1956-1957 até 1964; e sobremaneira a prestigiosa *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, com suas duas fases no longo pós-64.

Exemplos de elaborações propriamente interpelativas são, em primeiro lugar, as dissertações de Caio Prado Jr. e, bem depois, as dos intelectuais que pretenderam interpretar nossa modernização como uma via prussiana à brasileira, hipótese que equacionará no campo pecebista o tema da democracia política, ecoando aqui entre nós o eurocomunismo e de certo modo recobrando, na última fase, a postura dos comunistas na resistência ao regime de 1964. Mencionem-se ainda duas outras publicações nos tempos finais do PCB: a revista *Presença*, editada na seqüência do VII Congresso do PCB, de 1981-1982 até 1993, por alguns daqueles intelectuais pecebistas, numa tentativa de *aggiornamento* da cultura de esquerda no Brasil, e a revista *Novos Rumos*, nos anos de 1987-1994, quando seus editores buscaram fazer uma ponte entre a renovação do socialismo real no contexto da perestróica e uma atualização do PCB que seria tentada por seu próprio núcleo dirigente, tardiamente, como se verá, em seu IX e último Congresso, de 1991.

Como se descreverá nas páginas seguintes, se nessas mudanças o PCB não abandona completamente a antiga mentalidade de partido movido por uma visão terceiro-mundista das coisas brasileiras, em todo caso, desde a reorientação pragmática posterior ao 24 de agosto de 1954, especialmente após os debates de 1956-1957, ele já dava sinais de que caminharia em direção a uma estratégia de reformas parciais concretizáveis à medida que o país se fosse democratizando. O discurso bastante cosmopolita e a linguagem marxista-leninista, que ainda perdurariam, não impediram os comunistas de ir deixando de lado o espírito demiúrgico-revolucionário

próprio de um partido comunista e de assumir progressivamente nova missão como ente processador de interesses e com responsabilidade no aperfeiçoamento e na mudança da ordem social e política. Evoluindo pelo caminho da “frente única permanente”, o PCB vai cada vez mais descentrar sua práxis da idéia de revolução *stricto sensu* e apostar na democratização política da vida nacional. Vivendo momentos de “revolução democrático-burguesa” da nossa contemporaneidade que suscitariam novos referenciais para a recriação da práxis de esquerda no Brasil, o PCB fará travessias difíceis e começará a adquirir feições de partido propriamente político.

O pecebismo contemporâneo

Após o suicídio de Vargas e o fracasso da tentativa golpista de novembro de 1955, os comunistas flexibilizaram sua postura ante a nova conjuntura que então se abriu no país, especialmente com a eleição de Juscelino Kubitschek. Ao provocar a desconstrução do revolucionarismo, o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) estimularia no PCB um modo de ver as coisas brasileiras que também evidenciava quanto a vida interna do partido — de forte centralismo burocrático — se tornara um obstáculo às posturas mais lúcidas que vinham surgindo da própria ação cotidiana e forçavam passagem desde que o Comitê Central, com a resolução sindical de 1952, abandonara a prática do paralelismo sindical dos anos da dogmatização, durante a Guerra Fria. A propósito, lembrem-se os registros memorialísticos que falam das resistências da militância à palavra de ordem que exigia a renúncia de Dutra num momento em que as esquerdas estavam sendo duramente reprimidas. O partido tinha então a orientação radical de oposição a todos os “governos de traição nacional” (era como eles chamavam o governo de Dutra e também o segundo governo Vargas).

Aprovada por um novo núcleo dirigente que emergira e, em 1958, encerrara os debates sobre o stalinismo no PCB, a chamada “Declaração de março” desse ano anunciou, como “nova política”, mudanças que não seriam radicais, pois ainda estavam fortemente permeadas pelo marxismo-leninismo, então compartilhado por todas as tendências pecebistas e que pesava, contendo os avanços, sempre que o partido tentava mover-se para frente. Essas mudanças, aliás, seriam conduzidas por integrantes do partido que não eram propriamente os autores das teses renovadoras oriundas da controvérsia de 1956-1957. No contexto de uma tradição ortodoxa que se flexibilizava sem renovação teórica, as mudanças estarão condicionadas pelo compromisso com o fim último revolucionário que cimentava o conjunto do partido e se sobrepunha ao senso pragmático e de responsabilidade dos comunistas, notável desde agosto de 1954 e especialmente quando eles se viam ante as questões da vida real.² Essa abertura dos comunistas ao mundo político terá efeito benéfico, e será com ela que conseguirão melhor se colocar na liderança das lutas populares. À medida que se integravam ao processo político efetivamente em curso, movimentando-se com desenvoltura, eles afirmariam sua presença no movimento sindical urbano e rural e na mobilização estudantil e exerceriam influência na intelectualidade e nas campanhas por reformas de caráter nacionalista e democrático então emergentes no país.

Em ocasiões anteriores aos anos 50, o PCB havia ensaiado passos buscando tornar-se influente, como em 1934-1935, quando esteve na organização da frentista Aliança Nacional Libertadora (ANL) visando interferir nos rumos do pós-30. Em 1945, com o processo de democratização, os comunistas participaram de iniciativas unitárias em volta da União Democrática Nacional (UDN) na batalha pela redemocratização política do país.³ Retomada quase dez anos depois, a aproximação do PCB com a política aguçou sua percepção das coisas brasileiras e ampliou a perspectiva do núcleo dirigente. Primeiramente, ao passarem a ter outra visão do capitalismo brasileiro — a qual os levaria a uma nova percepção do dinamismo dos

grupos sociais —, os comunistas valorizariam cada vez mais a democratização política do país. A partir daí teria curso no PCB outra idéia de mudança social mediante “soluções positivas”, um reformismo concebido para ser levado adiante por configurações pluriclasistas. Em terceiro lugar, os comunistas passaram a acreditar que esse caminho reformista-revolucionário pudesse transcorrer mediante a via pacífica que concretizasse a perspectiva de democratização do Estado e de reorganização da economia nacional sem prévia ruptura das instituições.

Se não há uma explícita operação de idéias novas que alcance o conjunto do partido, observa-se o aproveitamento parcial das proposições inovadoras de 1956-1957 por parte da parcela do núcleo dirigente que com elas justificava o nascimento de uma “nova mentalidade” nos termos da “Declaração de março”. É plausível localizar como ponto argumentativo da virada desses anos a visão positiva que aquele grupo dirigente passou a ter a respeito do nosso industrialismo, apreciação já proposta nos debates sobre o Relatório Kruchev.⁴ Mesmo sem mobilizar propriamente uma teorização sobre o país urbanizado e moderno daqueles anos 50, eis a proposição que abre o texto de 1958:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definido pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave e da circulação. Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, 1960; 1980, pp. 3-4).

Rompendo com o velho dependentismo que via o país como uma formação estagnada, essa proposição constituirá o estímulo decisivo para os comunistas repensarem, naquele tempo, a revolução no Brasil no contexto de um conjunto de “reformas de estrutura” parciais e progressivas.⁵ Mesmo marcada pela forte mentalidade marxista-leninista, aquela proposição afastava o PCB do “pesimismo econômico” que alimentava tanto a idéia de revolução *stricto sensu* quanto o agrarismo camponês revolucionário, dois parâmetros que levavam à descrença nas possibilidades de mudar e aperfeiçoar o regime político existente no país. Observe-se que aquele início da evolução do PCB para a esfera do institucional e da política passa muito pelo equacionamento que o partido fará do tema agrário em chave diversa da tradição marxista-leninista inspirada na Revolução Russa e também na Revolução Chinesa. O abandono do estagnacionismo desenvolve o pragmatismo do núcleo dirigente, que se transformará em condição vital para a reprodução de um partido ao mesmo tempo com apelo marxista-leninista e arguto. Será sob essa tensão que, ao longo do tempo, o PCB tenderá a valorizar a política como tal — como se sabe, o paradoxo existencial do próprio comunismo, com o qual os comunistas brasileiros se debaterão até o fim da existência do partido.

Vejamos, agora a partir das teses do V Congresso do PCB, de 1960, mais detalhes sobre as “razões pragmáticas” que levaram o PCB àquele rumo. Registre-se, em primeiro lugar, que o texto congressual retoma a tese da “Declaração de março”, fazendo uma pequena *dissertação* sobre a vida nacional, de certo modo um tanto estranha aos padrões marxista-leninistas. Dizia-se ali que a tendência democratizante, associada ao industrialismo pós-30, adviera de uma articulação de classes que se havia estabelecido no cenário urbano. Por aí o texto antecipava a colocação do problema camponês com sentido diverso da função disruptiva prescrita no modelo marxista-leninista. As teses de 1960 realçavam o protagonismo agrário no processo brasileiro, mas nosso campesinato era de constituição con-